

Como ler sobre como as palavras mudam de sentido?

[How to read about how the words change of meaning?]

Vinícius Honesko

Professor do departamento de História da UFPR

Resumo: O presente ensaio levanta algumas hipóteses de leitura para o texto *Como as palavras mudam de sentido*, de Antoine Meillet. Apresenta como as leituras de Meillet, feitas autores franceses importantes do século XX, têm em alguma medida conexões diretas ou indiretas com a obra do linguista. Exibe alguns pontos importantes das análises de Meillet sobre as mudanças da língua e os conecta com uma dimensão política. Assim, destaca como dessa leitura particular de Meillet – feita sobretudo a partir desses seus *descendentes importantes* –, é possível reler sua obra *com e contra* ele. Expõe como as questões da mudança da língua bem como os modos de compreender tal mudança são, mais do que um problema epistemológico, uma questão política que em nada perdeu sua atualidade.

Palavras-chaves: Meillet, língua, dimensão política, mudança da língua.

Abstract: The present essay brings up some interpretation of reading to the text *How words changes of meaning?*, from Antoine Meillet. It presents how the readings of Meillet, made by some important French

authors of the 20th century, have somehow direct or indirect connections with the work of the linguist. It exhibits some important points of the analysis of Meillet about the changes of the language and connects them with a political dimension. Therefore, it emphasizes how from this particular reading of Meillet – made mainly from his *important descendants* –, it is possible to reread his work *with* and *against* him. It exposes how the questions about the change of the language, as well as the manners of comprehend such change, are, more than a epistemological problem, a political question that did not lose its actuality at all.

Keywords: Meillet, language, political dimension, changes of the language.

É muito conhecido o argumento de que a linguística assumiu, na primeira metade do século XX, um papel central – alguns dizem que foi a “ciência piloto” (BENVENISTE, 1989, p. 26) – no âmbito da reflexão das assim chamadas humanidades. Nesse sentido, as investigações acerca de um Saussure, de um Benveniste foram e continuam a ser constantes em várias áreas (desde a linguística propriamente dita, passando pela literatura, ciências sociais, antropologia etc.). Entretanto, mesmo no seio dessa disciplina, há alguns nomes que, por conhecidos e estudados que possam ser, ainda podem ser lidos de outros modos, ainda podem, nesse sentido, ganhar certa legibilidade e, com isso, ser nossos contemporâneos (AGAMBEN, 2009). Gostaria de fazer uma leitura de (e a partir de) um pequeno texto de um desses autores que, não obstante já ser um clássico, no Brasil não atingiu notoriedade: Antoine Meillet¹ Nascido em 1866, Meillet foi discípulo direto de Saussure e de Michel Bréal e teve

¹ Meillet é um autor que, no Brasil, tem sido muito pouco trabalhado. Fato que comprova isso é a falta de traduções – até 2015 – de textos semanais do autor (por exemplo, o famoso *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, escrito em conjunto com Alfred Ernout, de 1932). É preciso frisar, todavia, que existem trabalhos de pesquisadores brasileiros que apontam para a importância de Meillet – sobretudo no que diz respeito ao diálogo do linguista com a escola sociológica durkheimiana. Cf.: MARRA, MILANI, 2012; MARRA, MILANI, 2013. De todo modo, conforme razões que serão explicitadas adiante, o presente ensaio não tem como escopo um estudo histórico – e tampouco analítico no âmbito das ciências linguísticas – de Meillet, de forma que não há uma recapitulação de fortuna crítica tanto no que diz respeito à história da linguística quanto aos aspectos atinentes às teorias do autor em

como alunos, por exemplo, Émile Benveniste (de quem, aliás, foi orientador de pesquisas). Ele também foi um dos grandes mestres das análises do indo-europeu e, estando muito próximo da escola sociológica francesa ligada a Durkheim, exerceu grande influência, dentre outros, sobre Marcel Mauss.

Sem maiores pretensões de uma reflexão histórica sobre o contexto de publicação bem como sobre as relações de Meillet com a escola sociológica francesa (para tanto, em âmbito brasileiro, sugeriria os trabalhos de Marra e Milani – 2012, 2013), gostaria de ler e, a partir dessa leitura, inventariar algumas hipóteses para abordar esse importante autor que, direta ou indiretamente, está no cerne de discussões fundamentais no âmbito dos pensamentos acerca da literatura. Aliás, tal como sugere Ricardo Piglia (2006, p. 19), a aposta, aqui, está em *ler mal*, em arriscar-se nas relações de séries impossíveis (*Idem*, p. 27) para, com isso, afrontar problemas que em sua urgência ultrapassariam a dimensão de uma análise que se pretende disciplinar e exaustiva de uma *obra* ou autor. Assim, o cunho teórico das reflexões aqui propostas está ligado muito mais a um exercício de *différance*, para dizer com Jacques Derrida, e de ativação de uma reflexão *no* e *para* o presente, do que propriamente a uma tentativa de compreensão disciplinar de um autor – no caso Meillet – ou um campo de estudos.²

Recentemente, os professores Rafael Faraco Benthien e Miguel Soares Palmeira organizaram a primeira publicação em português de um importante texto de Meillet: *Como as palavras mudam de sentido*, publicada na coleção Biblioteca Durkheimiana, da Edusp. Nessa edição, bilíngue e crítica, os organizadores nos apresentam um cuidado muito minucioso em relação ao texto – aliás, as relações de Meillet com a escola sociológica francesa e também outras informações importantes sobre o contexto histórico aí podem ser encontradas –, exibindo várias nuances dos contextos de publicação bem como as diversas variações nas sucessivas edições (é importante frisar que o texto estrito (sua aplicabilidade no campo das letras, nas discussões sobre políticas linguísticas etc.)).

² Como já salientado, não é intenção deste ensaio discutir questões relacionadas às análises das mudanças linguísticas em sentido estrito (no campo da linguística comparativa, por exemplo) ou à política linguística.

to foi originalmente publicado na revista *L'Année sociologique*, em 1906, e depois, em 1921, incorporado pelo próprio autor à grande obra *Linguistique historique et linguistique générale*).

Gostaria, assim, de ingressar na leitura e, sobretudo, a partir da leitura, tratar de expor minhas inquietações e meus modos de análise de Meillet *no e para o* presente. Friso um ponto que, no texto, me marcou como uma espécie de estopim para meu modo de organizar de lê-lo:

... vê-se que o valor geral das palavras é, em grande medida, um fato social, e que a generalidade do sentido de uma palavra tem, com frequência, a possibilidade de ser proporcionada pela dimensão do grupo. (...) Torna-se assim claro que o princípio essencial da mudança de sentido está na existência de grupos sociais no interior do meio em que se fala uma língua, ou seja, em um fato de estrutura social. Certamente seria quimérico pretender explicar desde já todas as transformações de sentido por esse princípio: um grande número de fatos resistiria, deixando-se apenas interpretar com a ajuda de suposições arbitrárias e frequentemente forçadas. A história das palavras não está madura o suficiente para que se possa, em um domínio específico, procurar esgotar todos os casos e demonstrar que eles se relacionam de maneira natural e não problemática ao princípio evocado, o que seria a única maneira possível de prová-lo teoricamente. Na maior parte dos casos, é somente a partir de hipóteses que podemos traçar a curva seguida pelo sentido de uma palavra em via de transformação (MEILLET, 2016, p.75).

Nesse trecho, o viés durkheimiano – que na edição em questão, é muito bem analisado por Renato Basso, Rodrigo Gonçalves, Jean-François Bert e Carlos Alberto Faraco nos comentários publicados em anexo ao texto de Meillet – da análise de Meillet se torna patente: a língua como uma instituição social imanente aos indivíduos mas, ao mesmo tempo, independente de cada um deles. Porém, não me deterei nas relações entre a linguística de Meillet e a sociologia de Durkheim (para isso, remeto à edição), mas num aspecto que, quando da leitura, me fez refletir e reler alguns outros autores que, direta ou indiretamente, foram também afetados por Meillet. Aliás, o que, em certo sentido, a leitura de *Como as palavras mudam de sentido* me leva a pensar é em como a partir daquele contexto de demarcações disciplinares e de expectativas de maturidade

científica aos quais também Meillet parece afeito – “A história das palavras não está madura o suficiente para que se possa, em um domínio específico, procurar esgotar todos os casos etc...” –, é possível, hoje, levantar outras hipóteses de leitura para esse texto.

Nesse caso, a expectativa de “maturidade” de Meillet aponta para um desejo de conhecimento que, já em seus desenhos do indo-europeu, esbarra nas portas de um não-saber. E é perto do final de seu texto que Meillet mais uma vez indica essa fragilidade do conhecimento, por assim dizer:

Justamente porque dependem de forma imediata de causas exteriores à língua, as mudanças semânticas não podem ser reconstituídas por hipóteses puramente linguísticas.

É desde já impossível, como se viu, demonstrar na prática a teoria aqui proposta. Tal demonstração poderia apenas resultar do exame de todas as modificações de sentido constatadas em uma dada língua entre dois períodos específicos e da constatação de que tudo o que não se explica por causas propriamente linguísticas ou por mudanças das coisas designadas provém da passagem das palavras de línguas particulares à língua comum, ou da passagem inversa da língua comum a uma língua particular. Similar constatação é irrealizável no estado atual de nossos conhecimentos. De fato, não se tem, em nenhum domínio linguístico, o meio de proceder a um exame completo dessa natureza. Ainda assim, quando nenhuma indicação real permite assinalar a série de empréstimos interiores que ocasionou a mudança de sentido de uma palavra, a possibilidade dessas passagens permanece provável na maioria dos casos, o que nos obriga a fazer tal suposição se não quisermos admitir que gerações sucessivas associaram noções diferentes a uma única e mesma palavra por puro capricho. As condições psíquicas da semântica são constantes; elas são as mesmas nas diversas línguas e nos diversos períodos de uma mesma língua. Se, então, almeja-se explicar a variação, é preciso introduzir a consideração de um elemento que é, ele mesmo, variável. Dadas as condições da linguagem, esse elemento pode apenas ser a estrutura da sociedade na qual se fala a língua considerada (*Idem*, p. 9).

Nessa abertura diante de uma impossibilidade, Meillet, apelando à noção de *estrutura da sociedade* (algo aqui muito perto da noção de *fato social* da sociologia de Durkheim), reconhece os limites disciplinares da linguística e, com isso, com esse fechamento disciplinar e com sua expectativa de maturidade das ci-

ências, deixa em aberto à posteridade a possibilidade de suposto *desenvolvimento científico* de uma disciplina. No entanto, mais do que uma dimensão disciplinar (e, repito, mesmo que o momento tenha sido de definições de fronteiras: veja-se, por exemplo, também a escola dos *Annales* no âmbito das ciência histórica), essa *inserção de variáveis* na linguística geral e histórica de Meillet pôde, reverberando numa tradição de leitores, se desdobrar num pensamento sobre a linguagem que ultrapassa em muito a disciplina linguística: de Vendryes a Benveniste (seus orientandos), mas também de Marcel Mauss a Georges Bataille (seus leitores diretos), Roger Caillois e Maurice Blanchot. E é deste último que gostaria de partir para algumas análises (mais que análises, inquietações) a partir de agora.

Logo nas primeiras páginas de seu belíssimo *A literatura e o direito à morte*, publicado em 1949 no livro *A parte do fogo*, Blanchot se mostra inquieto com as dimensões do engano e da própria “Coisa” da literatura e ao lembrar do famoso verso, presente nas *Sátiras* de Nicolas Boileau, sobre Charles Rollet: “J’appelle un chat un chat, et Rollet un fripon” (“Chamo um gato um gato e Rollet um malandro”), diz:

O notável é que na literatura o engano e a mistificação são não apenas inevitáveis, mas também forma a honestidade do escritor, a parte de esperança e de verdade que existe nele. Muitas vezes, atualmente, fala-se da doença das palavras, até nos irritamos com aqueles que falam disso, suspeitando que as tornem doentes para delas poder falar. Talvez seja. Infelizmente, essa doença é também a saúde das palavras. O equívoco as dilacera? Feliz equívoco, sem o qual não haveria diálogo. O mal-entendido as desvirtua? Mas esse mal-entendido é a própria possibilidade do nosso entendimento. O vazio as penetra? Esse vazio é seu próprio sentido. Naturalmente, um escritor sempre pode se dar como ideal chamar um gato de gato. Mas o que não pode obter é crer-se então no caminho da cura e da sinceridade. Pelo contrário, é mais mistificador do que nunca, pois um gato não é um gato, e aquele que o afirma não tem mais nada em vista do que essa hipócrita violência: Rolet é um malando (BLANCHOT, 1997, p. 300).

A doença das palavras é também sua saúde, e o que resta em qualquer evento de fala ou de escritura é uma espécie de hipócrita violência que, por sua vez, garante as possibilida-

des de sentido. E, adiante, Blanchot, numa leitura kojeviana de Hegel, aprofunda essa conexão entre palavra e sentido de maneira magistral:

O sentido da palavra exige, portanto, como preâmbulo a qualquer palavra, uma espécie de imensa hecatombe, um prévio dilúvio, mergulhando num mar completo toda a criação. Deus havia criado os seres, mas o homem teve de aniquilá-los. Foi então que ganharam sentido para ele, e ele os criou, por sua vez, a partir dessa morte em que tinha desaparecido; só que, em vez de seres e, como dizemos, existentes, só houve o ser, e o homem foi condenado a só poder se aproximar e viver das coisas pelo sentido que lhes dava (*Idem*, p. 311).

Condenados a viver pelos sentidos (entre *le son et le sens*, para lembrar Valéry), permanecemos num umbral de incertezas quanto às palavras e, desde esse lugar, parece que as línguas tornam-se um campo de batalha para a compreensão da própria possibilidade de fazer *sentidos em comum*. Mas esse *em comum* dos sentidos também se nos mostra, assim, como uma condenação e as próprias palavras com as quais *fazemos* tais sentidos mudam de sentido. E, diante disso, no âmbito sócio-político, juntamos o *factum pluralitatis* (o fato de que os homens formam uma comunidade) com o *factum loquendi* (o fato de que os homens falam e se entendem em determinada língua) e tentamos dar conta de explicar nossa condenação. Entretanto, ainda assim, esses *fatos* funcionam como pressupostos à nossa própria explicação e, de certo modo, permanecem eles mesmos não explicados, lançando-nos ainda mais fundo em nossa condenação (e essa parece ter sido a tônica das análises nas ciências sociais, políticas, mas na filosofia, na história etc.).

Dando um passo para trás nessas discussões, podemos nos remeter às origens de determinadas inquietações sobre a língua no âmbito da literatura do Ocidente. Refiro-me a Dante. Ele já se dava conta de que esse problema que faz parte de nossa possibilidade de *viver em comum* é também, e fundamentalmente, ligado à compreensão tanto do *factum pluralitatis*, que analisará no *De Monarchia*, quanto do *factum loquendi*, pensado por ele no *De vulgari eloquentia*. Neste último (Livro I, IX), expondo a variabilidade das línguas no tempo e no espaço,

recorre à dispersão linguística por meio do mito de Babel e, apontando o caráter arbitrário da linguagem, liga a dimensão da língua a uma noção de homem como ser mutável:

Afirmamos, portanto, que nenhum efeito, enquanto efeito, é superior à sua causa pois nada pode fazer aquilo que não é. Ora, nossa linguagem – salvo aquela criada por Deus juntamente com o primeiro homem – é fruto de uma reconstrução que se dá por nosso arbítrio, depois da confusão (refere-se a Babel) que outra coisa não foi do que o esquecimento da linguagem precedente; o homem, no entanto, é o mais instável e mutável dos seres animados: a linguagem, portanto, não pode ser nem durável nem contínua, mas, como as outras coisas humanas (usos e costumes, por exemplo), varia necessariamente com a distância no espaço e no tempo (ALEGHIERI, 1986).

A *mutabilidade* do homem, das palavras e dos sentidos, talvez seja a *constante* possível de ser colocada como título da condenação sobre a qual nos fala Blanchot; condenação esta que cumprimos numa prisão cujas carcereiras, por assim dizer, são as pressuposições de uma língua (do *fato linguístico*) e de um contingente de pessoas que a fale (o *fato político*, ou, em outras palavras – mais próximas daquelas que aqui quero abordar –, o *fato social*) como, repito, fatores explicativos não tão bem explicados. Se dessa condenação não temos induto, talvez nos reste a necessidade de especular as carcereiras para, de algum modo, perceber que o problema das línguas é *clara e eminentemente* um problema político. A questão, porém, é que tais carcereiras têm, em grande medida, as habilidades de Proteu.

Assim, no que diz respeito às mutabilidades, pretendo, no âmbito destas inquietações, firmar-me naquela da língua, para a qual Meillet, além dos problemas ligados à questão semântica desenvolvidos em *Como as palavras mudam de sentido*, apresenta sua compreensão em seu clássico, de 1921, *Linguística histórica e linguística geral* (onde, aliás, está também republicada uma versão de *Como as palavras mudam de sentido*). Diz ele – e, podemos notar, de um modo muito próximo daquele com o qual se expressou Dante:

Uma língua é uma instituição própria de uma coletividade social, e as modificações que ela sofre estão ligadas à história dessa coletivi-

dade. (...) Com efeito, a definição da identidade linguística só pode ser social: quaisquer que sejam as diferenças de fato entre os sujeitos falantes, há aí uma língua na qual indivíduos, compreendendo-se entre si, têm, consciente ou inconscientemente, o sentimento e a vontade de pertencer a uma mesma comunidade linguística (MEILLET, 1982, pp. 79-81).

Tal princípio acaba por remeter a uma espécie de *definição* própria da língua para a coletividade que, por sua vez, seria ela também definida por uma referência inversa: a coletividade é tal porque fala tal língua (e ficaríamos nesse jogo de *vice-versa*, no qual é possível agora também dizer: uma língua é tal porque dada em tal coletividade). Isto é, a hipótese de Meillet, ainda que do ponto de vista pragmático possa dar condições, insisto, para uma determinação disciplinar da linguística, acaba, talvez por seu viés excessivamente durkheimiano, deixando aberta questões fundamentais para uma compreensão política da língua. Friso, como exemplo, o problema das gírias, discutida por ele também em *Como as palavras mudam de sentido*.

Enquanto a ação da sociedade geral tende a uniformizar a língua, a ação dos grupos particulares tende a diferenciar ao menos o vocabulário dos indivíduos que deles participam, ainda que a pronúncia e a gramática permaneçam sensivelmente unas. Existem aí duas tendências antagônicas que resultam imediatamente tanto do caráter da língua geral quanto do papel especial das línguas particulares. As línguas dos grupos particulares tornam-se assim “gírias”, e estas formam por vezes línguas artificiais... (*Idem*. p. 57)

Essa espécie de desqualificação de uma língua em gíria (*argot*) apresenta-se como um limite, de contornos generalistas, no caráter político da linguística de Meillet. Cabe a nós, porém, rearranjar as referências e os agrupamentos de leitores de leitores para, diante da potência de uma obra como a de Meillet, talvez não pensar em levar a ciência à maturidade (como esperava o próprio linguista), uma vez que já nos demos conta de que um progressismo nesses moldes pode produzir monstros, mas abrir essa própria potencialidade para um

pensamento novo, à altura dos problemas de nosso tempo (em chave benjaminiana, em tempos sombrios como estes em que estamos vivendo, poderia dizer: incluir Meillet numa constelação imagética que nos abra a cognoscibilidade da história *no e para* o presente).

Lembro que na introdução de Rafael Benthien e de Miguel Palmeira para a edição crítica de *Como as palavras mudam de sentido* os autores chamam a atenção para o fato de que, a despeito de sua adesão ao projeto sociológico de Durkheim, Meillet tinha muito apreço pela teoria da imitação de Gabriel Tarde (BENTHIEN; PALMEIRA, 2016, p. 18). Essa referência sutil a Tarde, “o mais filósofo dos sociólogos, ou o mais sociólogo dos filósofos” (VARGAS, 2007, p. 11) – como diz Eduardo Viana Vargas – pode ser uma possibilidade de, *com e contra* Meillet, indagar hoje as carcereiras com a forma de Proteu de nossa prisão. De fato, é a partir de Tarde que Deleuze e Guattari elaboram as noções relativas à diferença infinitesimal e, para o que aqui nos interessa, de *menor*. Em um primeiro momento, analisando Kafka, os autores apontam para a dimensão da literatura menor, cujas três características seriam “a desterritorialização da língua, a ligação do individual no imediato-político, o agenciamento coletivo de enunciação” (DELEUZE, GUATTARI, 2015, p. 39). Utilizando-se das análises de Wagenbach sobre o alemão de Praga (os abusos pronominais, os verbos curingas, a multiplicação de advérbios, isto é, toda sorte de *metamorfoses linguísticas*), Deleuze e Guattari apontam para a potência política dessa literatura menor:

É a literatura que se encontra encarregada positivamente deste papel e desta função de enunciação coletiva, e mesmo revolucionária: é a literatura que produz uma solidariedade ativa, malgrado o ceticismo; e se o escritor está à margem ou apartado de sua comunidade frágil, essa situação o coloca ainda mais em condição de exprimir uma outra comunidade potencial, de forjar os meios de uma outra consciência e de uma outra sensibilidade (...). A máquina literária toma assim o lugar de uma máquina revolucionária porvir, de modo algum por razões ideológicas, mas porque só ela é determinada a satisfazer as condições de uma enunciação coletiva que faltam por toda outra parte nesse meio: *a literatura é a tarefa do povo* (*Idem*, p. 39).

É justamente nessas modificações ou mutações (meta-morfoses) da língua que *aparece* um povo e, assim, o par pressuposto constituinte dos modelos políticos modernos já não pode ser o mesmo. No entanto, qual é esse povo que se instala no coração dessa máquina revolucionária porvir? Não se trata, reforço, daquele que faz par com a língua nos horizontes sócio-político-linguísticos modernos, mas, antes, de um povo que se produz a partir da ativação da máquina. Pode, pelo contrário, ser tal povo colocado como nos lembra, em clave política, o coletivo Comitê Invisível:

Quando se diz que ‘o povo’ está na rua, não se trata de um povo que existia previamente, pelo contrário, trata-se do povo que previamente *faltava*. Não é o ‘povo’ que produz o levante, é o levante que produz seu povo, suscitando a experiência e a inteligência comuns, o tecido humano e a linguagem da vida real, que haviam desaparecidos (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 51).

Assim, as línguas e os povos redesenhados nessa chave *menor* – diria também *indisciplinada* – podem ser interpelados para além de suas funções num jogo constitutivo das disciplinas no que chamamos de humanidades e, com isso, liberar uma potência para a literatura e, além disso, uma potência de ordem política, de forja desse *povo menor*.

Ler Meillet – esse esquecido que por certo permanece, tal como sugere Giorgio Agamben lendo Walter Benjamin, um *inesquecível*³ – nessa espécie de contra-chave de suas apostas –

³ É de todo modo interessante recuperar o trecho em que Agamben aponta para essa dimensão do *inesquecível*: “A cada instante, a medida do esquecimento e da ruína, o desperdício ontológico que portamos inscrito em nós mesmos, excede largamente a piedade de nossas lembranças e de nossa consciência. Mas esse caos informe do esquecido não é inerte nem ineficaz – ao contrário, age em nós com não menos força do que a massa de lembranças conscientes, ainda que de modo diverso. Há uma força e uma operação do esquecido que não podem ser medidas em termos de memória consciente nem acumuladas como saber, mas cuja insistência determina o valor de todo saber e de toda consciência. O que o perdido exige não é ser lembrado e comemorado, mas permanecer em nós e entre nós enquanto esquecido, enquanto perdido – e, unicamente por isso, *inesquecível*. Daqui a insuficiência de toda relação com o esquecido que procure simplesmente restitui-lo à memória, inscrevê-lo nos arquivos e nos monumentos da história, ou, no limite, construir para ele uma outra tradição e uma outra história, a dos oprimidos e dos vencidos, que

suas adesões às generalizações da sociologia durkheimiana em detrimento de seu apreço por uma sociologia que apostava no infinitesimal, como Tarde – é poder contar com suas grandes contribuições sem, no entanto, nos deixar fixar em seu projeto; é levar em conta as leituras que dele foram feitas e, com isso, reelaborar possibilidades para nosso tempo.

Desse modo, às expectativas de Melliet no que dizia respeito aos “estágios da ciência” hoje devemos contrapor não apenas questões epistemológicas (não se trata apenas de conhecimento, por assim dizer), mas, assumindo em todo seu peso o caráter político dos saberes, também nossas posições éticas e, via de consequência, políticas. As impossibilidades das demonstrações teóricas alegadas por Meillet para comprovar suas teses de *como as palavras mudam de sentido* esbarram, assim – e neste início de século XXI porventura seja possível, talvez um pouco mais amadurecidos a duras penas pelos gases das guerras e dos motores que o século XX nos lega como herança, essas inquietações que trazem essa *questão epistemológica* a um ambiente mais mundano, isto é, *político* –, nas práticas de vida incompatíveis com a universalização de nossos modelos científicos. Talvez sejam outras vozes, outras línguas, outros povos porvir a nos dar, hoje, não a condição de nos livrarmos da condenação sobre a qual Blanchot nos fala (libertação esta impossível), mas, ao menos, perguntas mais plausíveis para podermos colocar para nossas carcereiras que, de certo modo, ainda são os fantasmas que, por vezes, acordam e, vestindo seus filhos com suas cores (as cores da pátria), nos assombram e parecem nos imobilizar até o limite da impotência.

se escreve com instrumentos diversos em relação à das classes dominantes, mas que não se diferencia substancialmente desta. Contra essa confusão, é preciso lembrar que a tradição do inesquecível não é uma tradição – ela é, ao contrário, aquilo que marca toda tradição com um selo de infâmia ou de glória e, às vezes, com os dois ao mesmo tempo. O que torna histórica toda história e transmissível toda tradição é, portanto, o núcleo inesquecível que ela leva dentro de si. A alternativa aqui não é entre esquecer e lembrar, ser inconsciente e tomar consciência: decisiva é apenas a capacidade de permanecer fiel ao que – ainda que incessantemente esquecido – deve permanecer inesquecível, exige permanecer de algum modo conosco, de ser ainda – para nós – de algum modo possível.” (AGAMBEN, 2000. pp. 43-44) [*tradução nossa*]

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Il Tempo che Resta. Un commento alla Lettera ai Romani*. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

_____. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009. Trad.: Vinícius Nicastro Honesko.

ALEGHIERI, Dante. *De vulgari eloquentia*. In: *Opere minori di Dante Alighieri, vol II*, Torino: UTET, 1986. Cure e note di Sergio Cecchin. Disponível em: http://www.classicitaliani.it/dante/prosa/vulgari_ita.htm#_ftnref31 (acesso: 15/04/2018)

BENTHIEN, Rafael. F.; PALMEIRA, Miguel S. *Apresentação do volume*. In.: MEILLET, Antoine. *Como as palavras mudam de sentido. (Edição bilíngue e crítica)*. São Paulo: EDUSP, 2016. Org.: Rafael Faraco Benthien e Marcos Soares Palmeira.

BENVENISTE, Émile. *Estruturalismo e Linguística*. In.: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. Trad.: Eduardo Guimarães.

BLANCHOT, Maurice. *A parte do fogo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Trad.: Ana Maria Scherer.

COMITÊ INVISÍVEL. *Aos Nossos Amigos*. São Paulo: N-1, 2016. Trad.: Ed. Antipáticas.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka. Por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. Trad.: Cíntia Vieira da Silva.

MARRA, Daniel; MILANI, Sebastião E.. Uma teoria social da língua(-gem) anunciada no limiar do século XX por Antoine Meillet. *Linha D'Água*. Vol. 25, n. 2, 2012. pp. 67-90.

_____. Whitney, Saussure, Meillet e Labov: a língua como um fato social. *Anais do SILEL*. Vol. 3, n. 1, Uberlândia: EDUFU, 2013. pp. 1-12

MEILLET, Antoine. *Como as palavras mudam de sentido. (Edição bilíngue e crítica)*. São Paulo: EDUSP, 2016. Org.: Rafael Faraco Benthien e Marcos Soares Palmeira.

MEILLET, Antoine. *Linguistique Historique et Linguistique Général*. Paris: Champion; Genebra: Slatkine, 1982.

PIGLIA, Ricardo. *O último leitor*. São Paulo: Cia das Letras, 2006. Trad.: Heloisa Jahn.

VARGAS, Eduardo V. *Gabriel Tarde e a diferença infinitesimal*. In: TARDE, Gabriel. *Monadologia e Sociologia e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2007. Trad.: Paulo Neves. Org. Eduardo V. Vargas.